



Oficina Jurídica Na Área Da Saúdeⁱ

Jefferson Dias de **Lima**¹

Adila Maria Taveira de **Lima**²

Ana Edith Farias **Lima**³

Marta Azevedo dos **Santos**⁴

Adriano Rodrigues **Mansanera**⁵

Elenara Lago **Dalanora**⁶

RESUMO

Relato de experiência da oficina jurídica na área da saúde. Foi um Projeto de Extensão, da Universidade Federal do Tocantins - UFT. A oficina foi uma promoção do Grupo de Pesquisa: Promoção e Educação em Saúde (UFT) e teve como colaboradores as instituições: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-TO); Ministérios Públicos: Federal e Estadual no Tocantins (MPF; MPE); Secretarias de Estado da Saúde do Tocantins (SES/TO-DGES) e Municipais; Conselhos, Associações e Sindicato da Saúde no Tocantins; Defensorias Públicas: Federal e Estadual, Arquidiocese Metropolitana de Palmas; conselho Nacional de saúde – CNS; conselho nacional de justiça - CNJ, entre outros parceiros. Os eventos contam com público médio de 400 participantes entre acadêmicos, professores e profissionais das áreas da Saúde e do Direito. Teve como objetivo debater assuntos conflituosos relacionados à assistência à saúde, atuação profissional, direito do consumidor e do trabalhador na saúde, mediante uma abordagem crítica permitindo uma superação do senso comum, a luz do Direito. Bem como, permitir o intercâmbio de saberes entre a comunidade acadêmica da UFT, das demais IES e de empresas da região e promover a atualização de profissionais e acadêmicos do Direito, Saúde e

¹ Enfermeiro, Doutor, Técnico administrativo, Pesquisador do Grupo de Pesquisa Educação e Promoção da Saúde (UFT). Universidade Federal do Tocantins – UFT, Palmas, TO - Brasil. E-mail: enf.jefferson@uft.edu.br.

² Administradora de empresa, Doutora, Técnica administrativa, Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Educação e Promoção da Saúde (UFT), Universidade Federal do Tocantins – UFT, Palmas, TO - Brasil. E-mail: adm.adila@gmail.com.

³ Enfermeira, Mestre, professora, Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Educação e Promoção da Saúde (UFT). Universidade Federal do Tocantins – UFT, Palmas, TO - Brasil. E-mail: anaedith@uft.edu.br.

⁴ Psicóloga, Doutora, Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Educação e Promoção da Saúde (UFT). Universidade Federal do Tocantins – UFT, Palmas, TO - Brasil. E-mail: marta@uft.edu.br.

⁵ Psicólogo, Doutor, Professor da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Campus Jandaia do Sul. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Educação e Promoção da Saúde (UFT). Universidade Federal do Tocantins – UFT, Palmas, TO - Brasil. E-mail: mansanera@gmail.com.

⁶ Contadora, Matemática, Especialista em gestão Pública (Instituto Cotemar). Palmas, TO - Brasil. E-mail: lenadalanora@hotmail.com.

áreas afins. Durante o ano aconteceram 10 oficinas sempre na última sexta-feira de cada mês, com duração de 04 horas/cada, totalizando 40 horas/anual que foram certificadas pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários da UFT aos seus participantes e colaboradores, enriquecendo currículo e/ou contribuindo para progressões funcionais de servidores. Os palestrantes (dois ou mais por oficina) da área jurídica defenderam suas teses a favor e a desfavor dos temas relevantes, conflituosos e transcendentais que foram escolhidos entre os colaboradores, conselhos, associações e sindicatos da área da saúde. Estes palestrantes também confeccionaram artigos que disponibilizam ao site da oficina. Conclusão: Esperamos que sirvam de espelho para outras Universidades / Faculdades pelo Brasil. Porque foi um Projeto de Extensão inédito, pioneiro e inovador. Não se encontrando até o momento nas literaturas, bancos de dados, redes sociais ou entre as IES públicas e privadas no Brasil experiência igual. Aonde, lançou um olhar didático-pedagógico sobre o atuar profissional da saúde e do jurídico utilizando-se das oficinas (atualizações), debatendo problemas da área da saúde com visão nos aspectos jurídicos, com a participação de palestrantes consagrados em suas áreas de atuação. As etapas deste projeto foram: (1ª) Definição dos temas (Inter) nacionais a serem abordados pelos participantes, parceiros e órgãos envolvidos; (2ª) Definição das diretrizes de ação metodológicas e divulgação; (3ª) Escolhas dos palestrantes regionais e nacionais; (4ª) Controle do banco de horas para elaboração dos certificados de participação no final do ano e (5ª) Elaboração do relatório anual de autoavaliação.

Palavras-chave: Direito À Saúde; Assistência Integral À Saúde; Defesa Do Paciente; Relações Comunidade-Instituição.

INTRODUÇÃO

A formação em saúde requer cenários de aprendizado que ultrapassem o modelo tradicional, centrado na assistência individual e curativa, ampliando possibilidades de desenvolver habilidades, valores e atitudes, tão necessários ao desenvolvimento humano e às demandas do mundo do trabalho.

Da mesma forma os professores, estudantes e profissionais de Direito e da Saúde precisam atualizar e renovar seus conhecimentos, uma vez que os respectivos conceitos sempre estão sendo aprimorados. É neste processo de evolução que cabe aos professores, estudantes e profissionais incidirem não como observadores, mas como seres operadores.

Assim, a Oficina Jurídica na Área da Saúde - OFJUDSAUDE propôs a integração entre estudantes, professores, profissionais das instituições educacionais e empresas de saúde e área advocacia (jurídica) da região, sendo uma atividade ímpar de interesse curricular (atividade complementar eletiva aos cursos de graduação) e extracurricular.

O Objetivo da OFJUDSAUDE foi lançar um olhar didático-pedagógico sobre o atuar profissional da saúde e jurídico utilizando-se das oficinas (atualizações), debatendo problemas da área da saúde com visão nos aspectos jurídicos, com a participação de palestrantes consagrados em suas áreas de atuação. A Metodologia tiveram etapas: (1ª) Definição dos temas a

serem abordados com participação dos órgãos e entidades representativas da saúde e do direito, envolvidos no projeto; (2ª) Definição das diretrizes de ação metodológica, de divulgação da oficina e participação da comunidade interna e externa da UFT; (3ª) Escolhas dos palestrantes Nacionais e regionais, indicados pelos CNS, TJTO, Conselhos de Classes profissionais da área da saúde, OAB-TO e outros; (4ª) Controle do banco de horas para elaboração dos certificados de participação no final do ano e (5ª) Elaboração do relatório anual de (auto)avaliação do evento. As oficinas ocorreram todas as últimas sextas-feiras de cada mês, no CUICA, no campus de Palmas, com capacidade aproximada de 500 lugares. A divulgação aconteceu através de cartazes que foram divulgados com antecedência, nos murais das Instituições de Ensino Superior (IES), Estabelecimentos de Saúde, Secretarias Municipais e Secretaria Estadual de Saúde, Conselhos Municipais e Estadual de Saúde e nos sites da UFT, IES, Sindicatos e Conselhos de Classes.

Durante as OFJUDSAUDE Magistrados, procuradores, promotores, defensores públicos, advogados e convidados mostraram situações pelas quais profissionais e utentes da saúde passam no decorrer da promoção e assistência à saúde, expondo aspectos positivos e negativos: criticando o cenário extremamente crítico dos programas sociais e instituições de saúde, bem como o papel das Universidades na formação dos futuros profissionais frente a estes e tantos outros desafios (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10,11, 12), Ofereceram um entendimento e respeito à pluralidade cultural, valores e costumes dos utentes da saúde, favorecendo e enriquecendo o debate e o posicionamento crítico, o que abriu perspectivas para a compreensão da Política Nacional de Humanização (PNH) como parte do Direito à Saúde.

Articulou-se uma rede de instituições públicas federais, estaduais, ONG(s), privadas e sindicais visando à prevenção, punição e erradicação da violência e abuso ao Utente da Saúde e profissionais, tentou-se melhorar a interrelação entre Utentes e Profissionais da saúde. Assim, o Grupo de Pesquisa Promoção e Educação em Saúde - UFT, em parceria com os órgãos possibilitaram ao público alvo e a sociedade em geral a construção de um censo comum ético e legal sobre o DIREITO a SAÚDE.



Figura 01: Rede de instituições federais, estaduais, ONGs e sindicais envolvidas no projeto OFJUDSAUDE. Palmas, Tocantins, Brasil.

EXPERIÊNCIA VIVENCIADA

Para os preparativos da estreia do projeto, foram enviados vários ofícios acompanhados do Projeto original as instituições públicas e privadas, ONGs,

Sindicatos e Conselhos de Classes Profissionais da Saúde e do Direito no Tocantins e Outros Estados objetivando formalizar parcerias e indicações de temas conflituosos, polêmicos e conflitantes na área da saúde para discussões nas oficinas futuras. Na primeira reunião, ocorrida no Campus de Palmas/UFT, discutiram-se os detalhes da primeira oficina, bem como das quatro próximas oficinas subsequentes, ou seja, temas, palestrantes, membros da mesa, mediadores, debatedores, convidados, representantes de Associações, Órgãos e Entidades estaduais e nacionais. As assessorias de comunicação (DICOM) e de Informática (DTI) da UFT apoiaram na divulgação do evento, através de releases e construção do site www.uft.edu.br/ofjudsaude (13), onde também houve consultas e referencias nos sites oficiais dos parceiros institucionais.

Ao todo o projeto OFJUDSAUDE realizou 10 oficinas/ano, provocadas somente pelo convite individual nas IES e setores de internação dos Hospitais, através de Cartazes e de e-mail(s), a partir da 2ª oficinas com o banco de e-mails obtidos com as inscrições online, que se identificam com as funcionalidades do projeto, atingido ao todo mais de 1000 participantes efetivos. O projeto registrou uma média de público de 300 participantes por evento/oficina, houve participação dos palestrantes e organizadores em ações de divulgação na mídia local (TV, Jornal e Rádio).

As edições da OFJUDSAUDE foram transmitidas pela “Rede Telessaúde” da UFT. O Projeto beneficiou discentes, docentes, profissionais da saúde, servidores públicos, pacientes e/ou seus responsáveis e a comunidade em geral. Porque proporcionar atualização e renovação dos seus conhecimentos e integração entre si e empresas; Relevou-se como uma atividade ímpar de interesse curricular (atividade complementar eletiva aos cursos de graduação e pós-graduação) e extracurricular; como progressão vertical nos Plano de Cargo Carreira de Salários (PCCS) dos servidores estaduais do Tocantins; e aos profissionais/utentes defende-los e/ou os encaminharem aos órgãos responsáveis de fiscalização e ajuda.

Durante as oficinas houve ampliação e difusão do Projeto, foram negociadas parcerias com os Conselhos Nacionais de Saúde - CNS e o de Justiça - CNJ. Através dessas parcerias, aumentou ainda mais a visibilidade do projeto e aumentou a capacidade de transmissão via “Telessaúde” do Ministério da Saúde. Saindo das 40 salas de “Telessaúde” nos municípios do Tocantins para o Brasil e o Mundo. Essa experiência mostrou-se uma ferramenta importantíssima para beneficiar aqueles que trabalham ou por outros motivos não podem estar no local do evento, podendo assistir nos seus locais de origem, fora do CUICA/UFT).

RESULTADOS

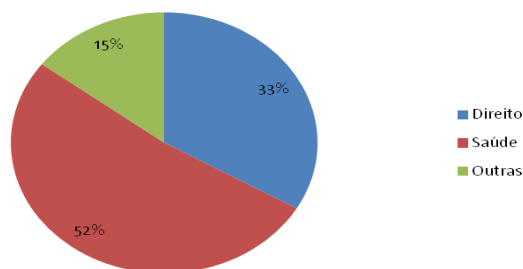


Gráfico 1. Distribuição geral dos participantes por área do conhecimento, nas oficinas, 2012.

No gráfico 1, após tabulação das fichas de inscrições constatou-se, que houve mais participação dos acadêmicos e/ou profissionais da área da saúde (52%) do que os da área do direito (33%) (gráfico 1). Talvez, por conta do grande número de processos judiciais e/ou éticos contra os profissionais/trabalhadores da saúde.

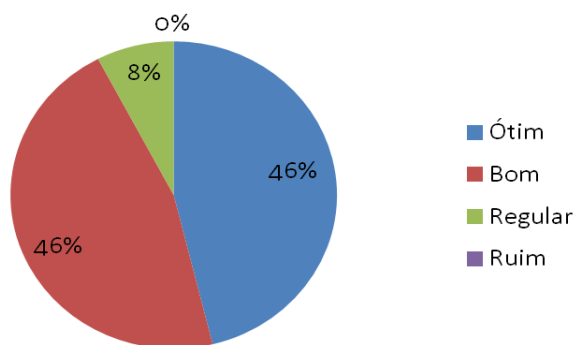


Gráfico 2. O que você achou dos temas dessas oficinas jurídicas

No gráfico 2, após tabulação das fichas de inscrições constatou-se, que os participantes das oficinas, acharam as escolhas dos temas feitas pelos órgãos e parceiros envolvidos no projeto, para discussões na OFJUDSAUDE, foram consideradas como ótimo e bom pelos participantes.

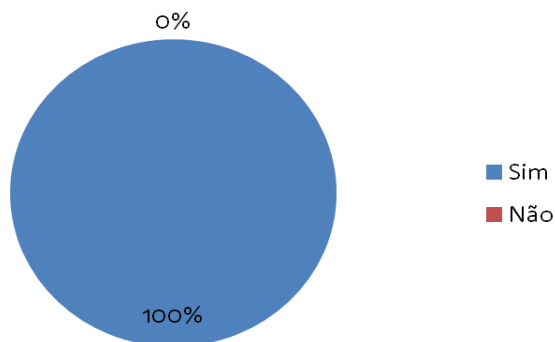


Gráfico 3: As oficinas jurídicas acrescentaram conhecimentos para você?

No gráfico 3, após tabulação das fichas de inscrições constatou-se, que os participantes reconheceram que os temas discutidos nas oficinas acrescentaram (novo) conhecimentos jurídicos sobre suas práticas na saúde. Alguns participantes e, suas falas durante as perguntas realizadas após os

debates dos temas, diziam que executavam procedimentos na área da saúde, sem perceber a gravidade e/ou risco das ações dolosas ou culposas, consciente ou inconsciente nas unidades de saúde. Alguns pacientes e/ou seus responsáveis disseram que achavam que os profissionais/trabalhadores da saúde estavam agindo errado, mas não sabia que juridicamente poderiam recorrer aos ministérios públicos ou defensorias para garantir os seus direitos de usuário.

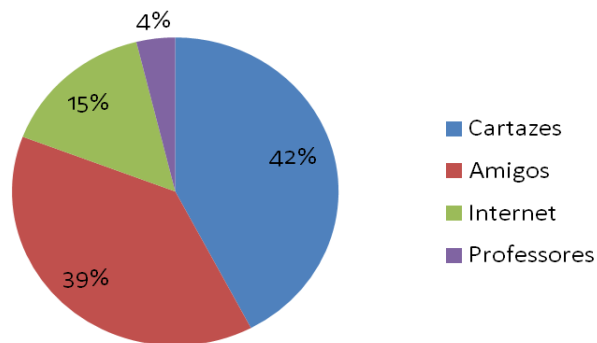


Gráfico 4: Como você obteve informações sobre as oficinas jurídicas?

No gráfico 4, após tabulação das fichas de inscrições constatou-se, que os participantes tomaram conhecimento das datas e dos respectivos temas das oficinas, através dos cartazes (42%) como o mais alcançável e/ou eficaz meio de divulgação do evento, este foram distribuídos nos murais das faculdades de direito e das áreas de saúde. Aqueles participantes que tiveram informações por amigos (39%), se deu por mala direta, através de e-mail, a partir da segunda oficina, por ocasião dos preenchimento da ficha de inscrição com os dados pessoais para emissão de certifica, aonde contava o e-mail do participante.

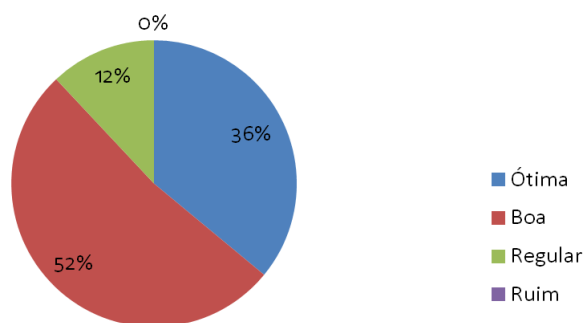


Gráfico 5: O que você achou da programação das oficinas jurídicas?

No gráfico 5, após tabulação das fichas de inscrições constatou-se, que os participantes consideraram de bom (52%) a ótima (36%) a programação do evento. Realizada com um ou mais juristas á favor do tema e um ou mais jurista á desfavor do tema. Como ocorre no tribunal e aonde o participante profissional, usuário e operadores do direito tomam o seu próprio entendimento para as suas defesas e/ou acusação futuras.

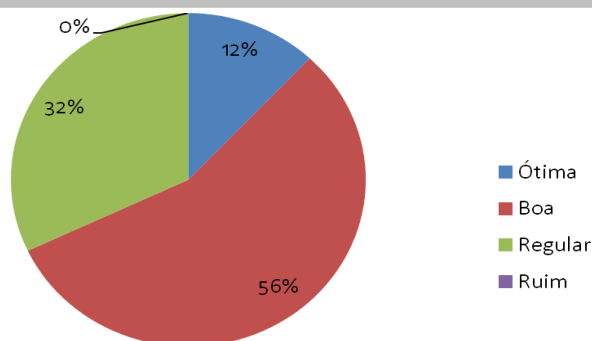


Gráfico 6: O que você achou da estrutura das oficinas jurídicas?

No gráfico 6, após tabulação das fichas de inscrições constatou-se, que os participantes consideraram de bom (56%) a ótima (12%) sobre a estrutura do evento: palestrante, anfiteatro, recepção e organização, divulgação, certificação. Para os palestrantes regionais e nacionais nas mesas de discursões de reconhecimento entre as entidades parceiras e público participante; com uma estrutura física do Anfiteatro do CUICA/UFT o maior das IES, bem confortável e refrigerado, excelente som ambiente e iluminação, multimídia e web transmissão ao vivo, coffee break e fácil acesso de realização do evento, boa divulgação na mídia e entrevistas nas principais mídias locais em horário nobre; recepção e organização do evento com uma equipe de colaboradores docentes, técnicos administrativo, alunos e parceiros envolvidos no controle de frequência e certificação ao termino.

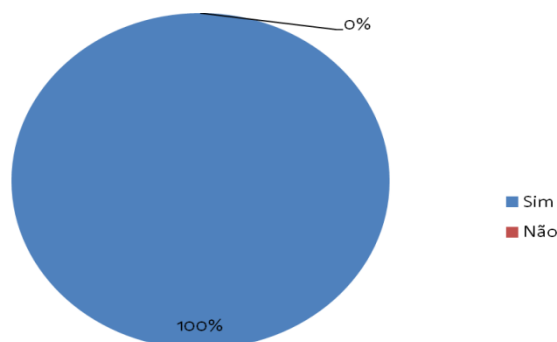


Gráfico 7: Você recomendaria a alguém para participar das oficinas jurídicas?

CONSIDERAÇÕES FINAIS E AGRADECIMENTOS

O Projeto no futuro, precisa ampliar seu rol de atuação nas instituições, com maior apoio pelos gestores e órgãos parceiros. Foram atingidos e superados as metas e os resultados desejados para: Certificados os participantes; Números de palestrantes adequados; Números de oficinas anuais; carga horária cumprida; Meios de divulgação executados: Cartazes, Sites, divulgações na/em Imprensas/participações: Rádio, TV e Jornais; participação do público alvo e disseminação de conhecimento, encaminhamento de consultas jurídicas aos palestrantes e órgãos parceiros.

As articulações se fazem também necessárias para a continuidade e conhecimento sobre o projeto, mas temos consciência que é preciso vencer etapas para avançarmos mais e mais, pois a importância da existência do

Projeto já é concreta, se faz mister buscar maiores investimentos e apoio futuros. Os temas sugeridos e escolhidos pela Comissão organizadora e parceiros envolvidos, foram: A Emenda Constitucional 34/2001, sobre ACUMULAÇÃO DE CARGOS OU EMPREGOS PRIVATIVOS; Terceirização x Privatização da Saúde; APOSENTADORIA ESPECIAL aos Trabalhadores da Saúde (15, 20 e 25 anos); Judicialização da Saúde x Reserva do Possível; A Política Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário; Subsistema de Atenção à Saúde Indígena; Planos de saúde x Direitos dos Pacientes: o direito à saúde está sendo efetivado?; Direito à Vida e à Saúde: Aborto, anencefalia, eutanásia, distanásia, Ortotanásia e Suicídio; Estatuto do idoso na Saúde; Assédio Moral Afeta Saúde do Trabalhador.



Figura 2: Imagens dos eventos OFJUDSAUDE, no auditório CUICA/UFT. Palmas, Tocantins, Brasil.

Legal Workshop In Health

ABSTRACT

Experience report of the legal workshop in the health area. It was an Extension Project, Federal University of Tocantins - UFT. The workshop was promoted by the Research Group: Health Promotion and Education (UFT) and had as collaborators the institutions: Brazilian lawyer Association (OAB-TO); Public Ministries: Federal and State in Tocantins (MPF; MPE); State Secretaries of Health of Tocantins (SES / TO-DGES) and Municipal; Counsels, Associations

and Syndicate of Health in Tocantins; Public Defenders: Federal and State, Metropolitan Archdiocese of Palmas; National Health Council - CNS; National Justice Council CNJ, among other partners. The events have an average audience of 400 participants about academics, professors and professionals in the areas of Health and Law. It targeted to discuss conflicting issues related to health care, professional action, consumer and worker's rights in health, through a critical approach allowing an overcoming of common sense in the light of the law. As well as, to allow the exchange of knowledges between the academic community of UFT, other educational institutions and companies of the region and promote the updating of professionals and academics of Law, Health and related areas. During the year 10 workshops took place every last Friday of each month, with a duration of 04 hours / each, totaling 40 hours / year, which were certified by the Coordinator of Extension, Culture and Community Affairs of UFT to its participants and collaborators, enriching curriculum and / or contributing to functional progressions of servers. The speakers (two or more per workshop) of the legal area defended their theses for and against the relevant, conflicting and transcendent themes that were chosen among health workers, councils, associations and unions. These speakers also made articles that they made available to the workshop site. Conclusion: We hope that they serve as a mirror for other Universities / Colleges in Brazil. Because it was an unprecedented, pioneering and innovative Extension Project. Not being found so far in literature, databases, social networks or between public and private educational institutions in Brazil equal experience. Where, he launched a didactic-pedagogical look at the professional work of health and legal practice using the workshops (updates), debating health problems with a legal vision, with the participation of renowned speakers in their areas of practice. The stages of this project were: (1) Definition of the national (Inter) themes to be addressed by the participants, partners and bodies involved; (2^a) Definition of guidelines for methodological action and dissemination; (3) Choices of regional and national speakers; (4^a) Control of the hours bank for the preparation of the certificates of participation at the end of the year and (5^a) Preparation of the annual self-assessment report.

Keywords: Right to Health; Comprehensive Health Care; Patient Advocacy; Workers; Community-Institutional Relations.

Taller Legal En Materia De Salud

RESUMEN

Relato de la experiencia de la oficina jurídica en el área de la salud. Fué un Proyecto de Extensión, de la Universidad Federal de Tocantins - UFT. La oficina fué una promoción del Grupo de Pesquisa: Promoción e Educação en la Salud (UFT) y tubo como colaboradores a las instituciones: Ordem de los Abogados de Brasil (OAB-TO); Ministérios Públicos: Federal y Estadual en Tocantins (MPF; MPE); Secretarias del Estado de la Salud de Tocantins (SES/TO-DGES) y Municipales; Consejos, Associações e Sindicato de la Salud en Tocantins; Defensorias Públicas: Federal e Estadual, Archidiócesis Metropolitana de Palmas; consejo Nacional de salud - CNS; consejo nacional de justicia - CNJ, entre otras instituciones. Los eventos cuentan con público medio de 400 participantes entre académicos, profesores e profesionales del área de la Salud

y de Derecho. Tubo como objetivo debatir asuntos conflictivos relacionados a la asistencia de la salud, actuación profesional, derecho del consumidor y del trabajador en la salud, mediante un abordaje crítico permitiendo una superación de senso común, a la luz del Derecho. Bien como, permitir o intercambio de saberes entre la comunidad académica de la UFT, de las demás IES y de empresas de la región, promoviendo la actualización de los profesionales y académicos de Derecho, Salud y áreas afines. Durante el año acontecieron 10 oficinas siempre en el último viernes de cada mes, con duración de 4 horas cada una, totalizando 40 horas/anual que fueron certificadas por la Pro-Rectoría de Extensión, Cultura y Asuntos Comunitarios de la UFT a sus participantes y colaboradores, enriqueciendo curriculum e/ou contribuyendo para progresiones funcionales de servidores. Los palestrantes (dos o más por oficina) de la área jurídica defendieron sus tesis en favor y desfavor de los temas relevantes, conflictivos e transcendentales que fueron escogidos entre los colaboradores, consejos, asociaciones e sindicatos del área de la salud. Estos palestrantes también confeccionaron artículos que disponibilizaron en el site de la oficina. Conclusión: Esperamos que sirvan de espejo para otras Universidades / Facultades por Brasil. Porque fué un proyecto de extensión inédito, pionero e inovador. No encontrándose hasta los momentos en las literaturas, bancas de datos, redes sociales o entre las Instituciones de Enseñanza Superior (IES) públicas y privadas en Brasil experiencia igual. A donde, lanzo una mirada didactico-pedagógica sobre la actuación profesional de la salud y jurídico utilizando de las oficinas (actualizaciones), debatiendo problemas del área de la salud con vision en los aspectos jurídicos, con la participación de palestrantes consagrados en sus áreas de actuación. Las etapas de este proyecto fueron: (1) Definición de los temas Internacionales a ser abardados por los participantes, parceros e órganos involucrados; (2) Definición de directrices de la acción metodológica e divulgación; (3) Escojas de los palestrantes regionales y nacionales; (4) Control del banco de horas para elaboración de los certificados de participación en el fianl de año e (5) Elaboración del relatório anual de autovaloración.

Palabras clave: Derecho A La Salud, Atención Integral De Salud, Defensa Del Paciente, Relaciones Comunidad-Institución.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Brasília: Presidência da República, Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos; 1988. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

BRASIL. **LEI No 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002** - Código Civil. Brasília: Presidência da República, Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos; 2002. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm.

BRASIL. **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 34, DE 13 de dezembro de 2001:**

Available from:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc34.htm.

BRASIL. **LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.** Brasília: Presidência da República, Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos; 1991. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm.

STF. ADPF 45 MC / DF - **Medida cautelar em arguição de descumprimento de preceito fundamental.** Brasília: Informativo/STF nº 345/2004; 2004.

Available from:

<http://www.prr4.mpf.gov.br/pesquisaPauloLeivas/arquivos/ADPF45.htm>.

STF. Resp 948.579/RS, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28.08.2007-DJ 13.09.2007 p. 178. Brasília: STF - Supremo Tribunal Federal; 2007.

BRASIL. **PLANO NACIONAL DE SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO.**

Brasília: MS - Ministério da Saúde (BR); 2003. Available from:

http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Revisao_PNSSP.pdf.

BRASIL. PORTARIA Nº 254, DE 31 DE JANEIRO DE 2002. aprova a **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas** [serial on the Internet].

2002: Available from: http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/institucional/grupos-de-trabalho/saude/docs_legislacao/portaria_254_2002.pdf.

BRASIL. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS - **Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.** Brasília: MJ - Ministério da Justiça; 1948.

Available from:

http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm.

BRASIL. **Estatuto do Idoso** / Ministério da Saúde. 2.^a ed.rev. Brasília:

Ministério da Saúde (BR); 2003. Available from:

http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/estatuto_idoso2edicao.pdf.

FORMOSINHO J. **Dilemas e tensões da atuação da universidade frente à formação de profissionais de desenvolvimento humano.** São Paulo: USP -

Universidade de São Paulo; 2009. Available from:

<http://www.prgp.usp.br/pt/pdf-formularios/CadernosEPP/Caderno8.pdf>.

BRASIL. **Política Nacional de Humanização** - Humaniza SUS. Brasília: MS - Ministério da Saúde (BR); 2004. Available from:

http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/doc_base.pdf.

UFT. **Oficina Jurídica na Área da Saúde** - OFJUDSAUDE. Assessorias de comunicação (DICOM) e de Informática (DTI) [serial on the Internet]. 2011:

Available from: <http://www.uft.edu.br/ofjudsaude/>.

ⁱ Recebido em 10 de Outubro de 2017. Aceito em 08 de Dezembro de 2017.